

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**  
**Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2008.**  
**Área Temática: Política de Crédito**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Governo muda regras para renegociação de dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 01/08/2008 .....	4
<b>Margens sob pressão na safra 2008/09</b> – Patrick Cruz - Valor Econômico – Agronegócios - 01/08/2008.....	5
<b>Financiamento para a agricultura empresarial subiu 41% em 2007/08</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008.....	6
<b>Produtor rural quer dobro do prazo para quitar dívida</b> – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/08/2008.....	7
<b>Câmara reduz valor da dívida rural</b> – Fabíola Salvador e Denise Madueño – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008 .....	8
<b>Para Fazenda, mudança estimula calote</b> – Adriana Fernandes e Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008.....	9
<b>'Milagre não acontece há anos no setor rural'</b> – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008 .....	10
<b>Manobra do DEM corta à metade juro da dívida agrária</b> – Cristiane Jungblut – O Globo – Economia – 7/08/2008.....	11
<b>Governo amplia em mais R\$ 1 bilhão os benefícios a ruralistas</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 07/08/2008 .....	11
<b>Governo: mais recursos para ruralistas</b> – Geralda doca e flávia Barbosa – O Globo O País – 08/10/2008 .....	12
<b>Esperteza com a dívida rural</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/08/2008 .....	13
<b>Stephanes quer Selic de volta na dívida agrária</b> – O Globo – Economia – 12/08/2008..	15
<b>Dívida de produtor rural pode subir</b> – Fabiola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/08/2008 .....	15
<b>Débitos estão concentrados em poucos produtores</b> – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/08/2008 .....	16
<b>Um plano agrícola que não convence</b> – Livia Andrade, Isto é Dinheiro – agosto de 2008. ....	17

**Troca de indexador terá impacto de R\$ 800 milhões** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008 ..... 21

## **Segunda Quinzena**

**Produtor que paga em dia quer juro menor** – Fabíol Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/08/2008 ..... 22

**'Troca da Selic não nos beneficia'** – Fabíola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/08/2008..... 24

**Justiça pode cobrar dívida rural** – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/08/2008..... 25

**Mapa deve investir R\$ 25 milhões no Programa Territórios da Cidadania** – Sítio Eletrônico da MAPA – 18/08/2008..... 26

**Seguro Agrícola: curso a distância prepara técnicos para perícia** – Sítio Eletrônico do MDA – 18/08/2008..... 27

**Programa de renegociação de dívidas é divulgado no Amazonas** – Sítio Eletrônico do MDA – 25/08/2008..... 28

**Senado aprova renegociação das dívidas de produtores rurais** - (28/08/2008) Agência CNA – 28/08/2008 ..... 29

**Senado aprova MP das dívidas da agricultura** – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/28/2008..... 30

**PROGRAMA MAIS ALIMENTOS VAI FINANCIAR DIVERSIFICAÇÃO PARA INTEGRADOS AVES/SUÍNOS, SOJA E FUMO** – Sítio Eletrônico da Fetraf – 28/08/2008..... 31

**Dívida rural: Senado derrota governo** - Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 28/08/2008..... 31

**Vice-presidente exalta os juros baixos do Mais Alimentos** – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2008..... 32

**Governo muda regras para renegociação de dívidas** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 01/08/2008

O governo decidiu publicar novas normas de renegociação das dívidas rurais, mais benéficas aos produtores, somente após a aprovação do relatório da medida provisória na Câmara dos Deputados. Os líderes ruralistas esperam votar a MP na próxima semana, mas ainda não há garantia de presença de parlamentares no Congresso em razão das atividades nas eleições municipais.

O governo justifica a estratégia como uma forma de evitar "surpresas" no texto do relator, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). A bancada ruralista tem exercido forte pressão para ampliar os benefícios da repactuação de R\$ 76 bilhões em débitos de 3,8 milhões de contratos. "As conversas estão muito boas, mas vamos esperar o texto do relator", disse o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt. O deputado Heinze afirmou "estranhar" que as medidas não tenham sido aprovadas na reunião de quinta-feira do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Foi uma manobra do governo para votarmos a MP somente com os pontos acordados", disse.

O acordo complementar à quarta renegociação geral das dívidas rurais prevê um prazo adicional de dois anos para o pagamento das operações de custeio prorrogado em safras anteriores no Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Seriam beneficiados outros 100 municípios do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina em situação de emergência ou calamidade reconhecida pelo governo. O complemento também permitiria aos bancos ampliar de 30% para até 60% a rolagem das operações de investimentos em cada Estado. Também haveria permissão para novos empréstimos de investimentos em solos, irrigação e pastagens, o que foi proibido pela MP. Seriam elevados, ainda, de cinco para dez anos o prazo de rolagem para saldos inadimplentes nos programas Pesa, securitização, Funcafé, Prodecer e cacau, além dos débitos lançados na dívida ativa da União. Nesse caso, os juros cairiam de Selic para 6,75% ao ano e seriam aplicados bônus de 30% a 45%, sem a multa de 20%.

Na reunião de quinta-feira, o CMN não avaliou o acordo com os ruralistas, mas autorizou o BNDES a operar seus programas de investimento com regras do ano-safra anterior (2007/08) até a publicação das novas normas. O objetivo é evitar a interrupção ou paralisação nos financiamentos da próxima safra (2008/2009).

O CMN também esclareceu as regras do Prodeagro, cujo limite coletivo de financiamento foi fixado em R\$ 750 mil - o individual segue em R\$ 250 mil. Para o Moderfrota (máquinas), o CMN estendeu a ampliação dos prazos de pagamento também para equipamentos usados, que serão de quatro anos. No Pronaf (agricultura familiar), o conselho ratificou aos bancos que deve ser aplicada a menor taxa de juros em caso de financiamentos com mais de uma fonte de recursos.

**Margens sob pressão na safra 2008/09** – Patrick Cruz - Valor Econômico – Agronegócios  
- 01/08/2008

Os preços das principais commodities agrícolas não estão mais no teto atingido em junho, mas mantêm-se bastante acima do registrado no mesmo período de 2007. Esse cenário não deverá garantir boas margens para os produtores brasileiros, segundo estudo da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Culpa, principalmente, do aumento dos custos dos insumos, aponta o estudo. O trigo que será colhido neste segundo semestre, por exemplo, terá um custo total de produção superior a R\$ 38 por saca, enquanto o preço médio ao produtor projetado pelo levantamento deverá ficar entre R\$ 30 e R\$ 36. No caso do milho, o custo total estimado para a safra 2008/09 ficará em torno de R\$ 19 por saca. O preço da saca deverá ficar entre os mesmos R\$ 19 e R\$ 22,50.

As margens apertadas, mesmo em um momento de preços altos se comparados com suas médias históricas, têm relação direta com o encarecimento dos fertilizantes, diz Cassiano Bragagnolo, analista técnico e econômico da Ocepar. O peso dos fertilizantes no custo de produção de trigo no Paraná (base Londrina), que foi de 18% há cinco anos, passou a 27% em 2008. No milho, a carga dos fertilizantes quase dobrou entre as safras 2002/03 e 2008/09, passando de 17% para 32% - essa fatia foi de 22% na safra 2007/08.

"No geral, os custos todos aumentaram, mas o grande vilão é mesmo o fertilizante", diz Bragagnolo. Segundo a Ocepar, os custos totais cresceram 26,8% no trigo, 21,1% na soja e 24,8% no milho entre maio de 2007 e maio deste ano. No mesmo intervalo, o reajuste dos fertilizantes foi superior a 100%.

Para a soja, a projeção é de rentabilidade positiva. O custo total deverá ficar próximo de R\$ 35 por saca, e o preço projetado, de R\$ 32 a R\$ 52. Ainda assim, a rentabilidade poderá ser menor que a obtida na safra 2007/08.

O estudo da Ocepar mostra o cenário para o mercado paranaense, mas serve como base para um paralelo com outros pólos de produção de grãos. "No trigo, o preço da saca poderá até ficar abaixo do preço mínimo de R\$ 28,80 em algumas regiões do Rio Grande do Sul", diz Bragagnolo. Para os produtores de soja do Mato Grosso, que enfrentam custos adicionais com logística, a rentabilidade poderá também ser mais apertada. "Em algumas regiões do Mato Grosso, que tem custos mais altos, a soja tende a empatar custo e valor recebido", afirma.

Um desdobramento danoso do encarecimento do fertilizante é sua utilização em menor escala, prática que já tem sido relatada aos técnicos da Ocepar. "Este é um momento de preços altos e demanda firme, mas, com menos fertilizantes, a produtividade tende a cair. O produtor pode não se beneficiar desse cenário", avalia.

## Financiamento para a agricultura empresarial subiu 41% em 2007/08 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008

Em tempos de inflação de alimentos, preços agrícolas sustentados e elevação dos custos de produção agrícola, a demanda por crédito rural está em alta. Os empréstimos para o segmento empresarial do setor rural cresceram 41% na safra 2007/08, concluída em julho passado. Entre as razões para o "boom" de crédito estão a taxa de juros negativa e a nova fase de investimentos em máquinas e implementos agrícolas.

O desembolso recorde para o segmento empresarial somou R\$ 65,06 bilhões, situando-se 12,2% acima da meta de R\$ 58 bilhões, segundo dados informados pelos bancos e recém-compilados pelo Ministério da Agricultura.

Um dos principais motores para a superação das cifras iniciais, anunciadas em 2007, foi a inédita expansão de 256% nos desembolsos da linha de capital de giro do Banco do Brasil destinada à agroindústria. A aplicação de recursos, feita com juros livres acima de 20% ao ano, chegou a R\$ 11,16 bilhões.

Acima da meta		
A aplicação dos recursos do crédito rural (em R\$ milhões)*		
	2006/07	2007/08
<b>Custeio e Comercialização</b>	<b>40.600</b>	<b>57.679</b>
Juros controlados	30.184	41.403
Juros livres	10.415	16.276
<b>Investimentos</b>	<b>5.423</b>	<b>7.386</b>
Linhas do BNDES	2.895	3.800
Demais linhas	2.528	3.585
<b>Agricultura Familiar</b>	<b>7.844,9</b>	<b>8.021</b>
Outros créditos	3.200	150

**Total em 2006/07: 57.157**

**Total em 2007/08: 73.244**

\* Dados em bilhões de reais. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Última atualização: 05/08/2008.

As empresas do setor usaram essa linha para financiar as vendas de insumos a prazo e as compras antecipadas e à vista da produção rural. "Vivemos um momento de boas oportunidades para as commodities agrícolas no mercado externo. Isso tem levado o produtor a buscar alternativas de crédito", afirma o secretário-interino de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos.

O governo prevê um forte aumento na demanda nesta safra, que começa a ser plantada em setembro. O orçamento de R\$ 65 bilhões deve ser novamente superado, segundo as previsões. Um dos motivos é o recuo nos empréstimos feitos por tradings do setor. Com alguns problemas de caixa na safra passada, em razão das fortes oscilações de preços das commodities nos mercados futuros, as tradings têm feito uma seleção mais rigorosa dos potenciais clientes. "Vamos entrar neste nicho antes ocupado por estas empresas e encurtar o caminho ao produtor", afirmou o executivo de um banco oficial.

Os empréstimos para a safra 2007/08 também evidenciam um aumento na participação dos recursos com juros subsidiados pelo Tesouro Nacional. A explicação está na elevação das exigibilidades, fatia de 25% sobre os depósitos à vista que os bancos são obrigados a emprestar ao setor rural. No total, esses financiamentos somaram R\$ 41,4 bilhões na safra passada, um resultado 37% superior ao aplicado no ciclo 2006/07 e 9,4% acima da meta de R\$ 37,85 bilhões. No caso da poupança rural, em que os bancos federais e cooperativos têm de aplicar 65% da captação no rural, os desembolsos foram 10% menores, mas a aplicação relativa cresceu 29% no período.

Os empréstimos dos programas de investimento administrados pelo BNDES cresceram 31% na comparação com a safra anterior, passando de R\$ 2,89 bilhões para R\$ 3,8 bilhões. Mesmo com o desembolso relativo abaixo da meta, significa a volta dos

produtores às compras. "É um indício de que os produtores voltaram a ficar capitalizados e a usar mais tecnologia no campo", analisa José Maria dos Anjos.

Na outra mão, a agricultura familiar decepcionou. Foram aplicados apenas 67% do total previsto para a safra passada. Dos R\$ 12 bilhões, saíram efetivamente dos cofres R\$ 8,02 bilhões. Mesmo assim, a aplicação foi 2,2% superior aos R\$ 7,84 bilhões do ciclo 2006/2007. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem algumas explicações para a timidez dos financiamentos, como ajustes nas normativas do sistema financeiro, falta de pessoal nas agências e os reflexos da renegociação da dívida rural. "Também sempre jogamos com uma folga, porque se tiver uma demanda extra já estamos atendidos na equalização dos juros", justifica o secretário de Agricultura Familiar, Adoniran Peraci.

Na soma dos segmentos empresarial e familiar, o desempenho ficou 28% acima da safra anterior e foi 4,6% superior ao previsto no anúncio do Plano de Safra de 2007/08. Da meta de R\$ 70 bilhões, foram aplicados R\$ 73,24 bilhões, um volume bem acima dos R\$ 57,15 bilhões da safra 2006/07.

Na quinta-feira, a Conab divulga o 11º levantamento da safra 2007/08, que vai mostrar novo crescimento da produção, segundo a própria estatal. A última estimativa indicou safra de 142,4 milhões de toneladas de grãos. A pesquisa foi feita por 61 técnicos da estatal, entre 14 e 18 de julho.

**Produtor rural quer dobro do prazo para quitar dívida – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/08/2008**

**Além de estender período de 5 para 10 anos, bancada ruralista negocia no Congresso fim da multa de 20% sobre valores em atraso**

Produtores rurais negociam com o governo o compromisso de ampliação de cinco para dez anos do prazo de pagamento de R\$ 7 bilhões em empréstimos rurais atrasados inscritos em dívida ativa. Negociam, também, o fim da multa de 20% sobre os valores em atraso.

O agronegócio é o segmento de atividade que registra as maiores taxas de expansão. No ano passado, o PIB do setor cresceu 7,89%, e, para 2008, a estimativa é de alta de 10%.

A ampliação do prazo faz parte de acordo entre a bancada ruralista e o governo para votar a MP da renegociação da dívida total do setor rural, que tranca a pauta da Câmara.

Ainda que os deputados Luiz Carlos Heinze (PMDB-RS), Henrique Fontana (PT-RS) e Valdir Colatto (PMDB-SC) dêem como certa a ampliação do prazo, o Ministério da Fazenda foi cauteloso e preferiu aguardar o acerto dos demais pontos da negociação para ratificar o alongamento.

O acordo depende do acerto quanto aos juros que vão ser cobrados dos 30 mil produtores inscritos na dívida ativa. Enquanto agricultores e pecuaristas reivindicam

juro fixo de 6,75% ao ano, o Ministério da Fazenda argumenta que, ao dobrar o prazo de pagamento, o encargo terá que ser a taxa Selic (taxa básica de juros), que está em tendência de alta.

"A Selic é flutuante. Já entramos nessa no passado e sabemos no que dá: contas estouradas", disse Colatto, líder da bancada ruralista. Ontem à noite, governo e deputados não chegaram a um acordo. Diante das dificuldades, alguns ruralistas já aceitavam negociar a incidência da Selic, desde que congelada.

O acordo dos débitos inscritos em dívida ativa faz parte de uma ampla proposta feita pelo governo de rolagem de dívida rural, com pelo menos 13 tipos diferentes de modalidades de empréstimos, que somam R\$ 73 bilhões. Cerca de 2,4 milhões de contratos podem ser objeto de repactuação.

A investida da bancada rural para obter novas vantagens da rolagem da dívida rural provocou protestos entre alguns deputados. "A bancada ruralista é insaciável. Já fizemos concessões, mas eles nunca estão satisfeitos", disse o líder do PT na Câmara, Maurício Rands (PE).

**Exportações de carne** - Os frigoríficos brasileiros só devem retomar as exportações de carne industrializada para os Estados Unidos em 30 ou 45 dias.

A indicação foi dada pelo presidente da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), Roberto Giannetti, que informou que a regularização depende da uniformização dos procedimentos de inspeção de Brasil e EUA. Depois desse procedimento, o Departamento de Agricultura dos EUA terá de fazer auditoria nos frigoríficos e publicar relatório aprovando as mudanças.

**Câmara reduz valor da dívida rural** – Fabíola Salvador e Denise Madueño – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008

Com os votos dos partidos da base aliada, a Câmara impôs ontem uma dura derrota ao governo ao alterar um dos pontos mais importantes da Medida Provisória (MP) 432, que trata da reestruturação das dívidas do setor rural, e ampliar os benefícios aos produtores.

Com 264 votos favoráveis, 128 contrários e uma abstenção, os deputados aprovaram a substituição da taxa básica (Selic) de juros, hoje de 13% ao ano, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no cálculo dos débitos dos produtores inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), que somam R\$ 7,2 bilhões. A mudança vai reduzir o valor dessas dívidas, já que a TJLP é de 6,25% ao ano. Há 114.692 contratos inscritos na DAU, que engloba débitos já em fase de cobrança judicial.

Surpreendido, o governo não soube informar o impacto da medida para os cofres públicos. O alívio extra para os ruralistas, porém, virá apenas sobre uma parte do pacote de renegociação. A MP prevê algum benefício para R\$ 75 bilhões, de um total de R\$ 87,5 bilhões da dívida do setor rural.

O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), relator da MP e candidato a vice-



prefeito de Chapecó (SC), calcula que o pacote custará no máximo R\$ 2 bilhões aos cofres públicos, a serem diluídos nos próximos anos.

Outra alteração foi a ampliação de 5 para 10 anos do prazo de pagamento de débitos inscritos na DAU. Mas, ao contrário da troca da Selic pela TJLP, essa mudança foi negociada nos últimos dias e teve a concordância do Ministério da Fazenda.

Durante a votação, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que estava em Belém (PA), ligou para o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que apresentou a emenda da TJLP, pedindo para que ela fosse retirada de votação. “Sou da base, mas minha ligação com o campo é muito mais forte”, disse Colatto.

Um dos articuladores do governo na Câmara, o líder do PT, Maurício Rands (PE), reclamou dos aliados. “A taxa já era o que tinha sido possível negociar. Aí a turma vai, no tapetão, no último momento, faz uma emenda e inclui sobre o que foi negociado”, afirmou. “Não é educativo você fazer uma negociação e de última hora querer, no calor do plenário, modificar a essência da negociação.”

### **PRINCIPAIS PONTOS**

A MP prevê algum tipo de benefício para dívidas que somam R\$ 75 bilhões e envolvem 2,8 milhões de contratos

Redução de 8,75% para 6,75% ao ano dos juros das dívidas de custeio das safras 2003/04 a 2005/06

Prazo adicional de 2 anos para pagamento das dívidas de investimento de produtores do RS e do MG

Débitos da Dívida Ativa da União (DAU), que somam R\$ 7,2 bilhões, poderão ser pagos em até 10 anos, com correção pela TJLP, de 6,25% ao ano

Acaba a multa de 20% sobre débitos inscritos na DAU.

Ampliação para 30 de junho de 2009 do prazo para pedir a renegociação dos débitos da DAU

Reescalonamento em até 12 anos do pagamento de dívidas de R\$ 954 milhões dos cafeicultores. Quem antecipar a liquidação em 2008, 2009 ou 2010 terá descontos de 5% a 25%

Redução de encargos, descontos e prazo adicional para dívidas de R\$ 500 milhões de produtores de cacau

Ampliação para 30 de setembro de 2008 do prazo para que produtores contratem linha especial de crédito para pagar dívidas com fornecedores de insumos

Descontos de 38% a 70% para pagamento da securitização, dívidas já renegociadas na década de 90, somando R\$ 10,45 bilhões

Possibilidade de quitação antecipada dos R\$ 14,43 bilhões das dívidas antigas do Programa Especial de Saneamento de Ativos

**Para Fazenda, mudança estimula calote** – Adriana Fernandes e Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008

O Ministério da Fazenda vai tentar reverter no Senado a decisão da Câmara de substituir a taxa Selic pela Taxa de Juros de Longo prazo (TJLP) na correção dos débitos rurais inscritos na Dívida Ativa da União. O secretário-adjunto de Política Agrícola da Fazenda, Gilson Bittencourt, disse ontem que a idéia é mostrar aos senadores que a mudança é um incentivo ao produtor inadimplente.

Segundo ele, a decisão da Câmara é grave porque rompeu com o princípio seguido pelo governo nos processos de renegociação de dívidas: o inadimplente deve ter tratamento menos benéfico que os que pagam em dia. Ele alertou que a medida vai estimular os devedores a correr para serem inscritos na Dívida Ativa da União.

Com a decisão da Câmara, o produtor inscrito na Dívida Ativa acabará pagando menos do quem pagou a dívida em dia ou parcelou o débito. “A taxa será menor que a colocada na dívida rural, que é de 6,75%.” A TJLP está em 6,25% ao ano desde julho de 2007. O secretário deixou claro que a mudança não afetará os débitos rurais futuros inscritos na Dívida Ativa a partir de maio do ano que vem.

“No Senado teremos um espaço importantíssimo no qual vamos tentar colocar a nossa lógica, que é mostrar que há um incentivo para a inadimplência”, disse o secretário, após acompanhar a votação da Medida Provisória 342 na Câmara. Ele evitou antecipar se o ministério poderá propor o veto a este artigo porque ainda tem a fase do Senado.

Ele ressaltou que a mudança aprovada na Câmara é apenas um item de quase 60 artigos da MP. “Os outros artigos ficaram de acordo com o que foi negociado”. Bittencourt se reuniu ontem mesmo com o secretário extraordinário de Reformas Econômico-Fiscais, Bernard Appy.

Ele não soube informar quanto o governo deixará de arrecadar com a mudança. “Na prática, o que está na dívida ativa já teve o impacto primário quando entrou lá. Para as pessoas que liquidarem, continua a mesma coisa. Quem for renegociar em 10 anos, em vez da atualização pela Selic, vai ser pela TJLP”, disse.

Ele evitou comentar o precedente jurídico da medida. Ao ser informado pelo Estado da decisão da Câmara, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Luiz Inácio Adams, admitiu que, “em princípio”, a mudança pode abrir precedente. “Essa é uma discussão que teremos que fazer”, disse, evitando uma avaliação mais profunda.

**'Milagre não acontece há anos no setor rural'** – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/08/2008

O pacote de renegociação das dívidas fechado pelo governo e aprovado ontem pela Câmara é importante, mas não o suficiente para atender o produtor rural, disse o presidente da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner. Segundo ele, a queda nos preços das commodities de grãos e o aumento do custo de produção fizeram crescer as incertezas dos produtores em relação à próxima safra. “A CNA recomenda que o produtor tenha cautela, que fique com o pé no chão e não entre na próxima safra acreditando em milagre porque milagre não acontece há anos no setor rural”, disse.

**Manobra do DEM corta à metade juro da dívida agrária** – Cristiane Jungblut – O Globo – Economia – 7/08/2008

BRASÍLIA. A bancada ruralista impôs ontem uma derrota à equipe econômica ao derrubar à metade os juros que vão corrigir dívidas agrícolas inscritas na Dívida Ativa da União (DAU) que serão renegociadas.

A vantagem foi obtida durante a votação da medida provisória (MP) 432.

O texto aprovado, por 264 votos favoráveis e 128 contrários, trocou a Taxa Selic, atualmente em 13% ao ano, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), em 6,75% anuais. A nova regra valerá para R\$ 7,2 bilhões em débitos.

No total, o governo vai renegociar R\$ 75 bilhões.

A proposta foi apresentada pelo deputado Valdir Collato (PMDB-SC), da base aliada. Ao sair o resultado, houve aplausos tímidos no plenário, para desespero dos líderes governistas. O governo já avisou que vai tentar derrubar essa alteração do texto no Senado. Nos últimos dias, o relator da MP, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), vinha tentando negociar a questão com a Fazenda, mas o ministro Guido Mantega disse que não abria mão de manter a Taxa Selic.

— Isso é ilógico, um absurdo — reagi Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda, que acompanhou a votação.

**PT, PV e PSOL ficaram isolados na votação**

Segundo ele, os juros ficarão tão irrisórios que os ruralistas irão preferir ficar totalmente inadimplentes para ingressar na DAU e renegociar de forma vantajosa.

Além de reduzir o indicador de correção, a Câmara também aprovou a ampliação de cinco para dez anos no prazo de pagamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa; o fim da cobrança de 20% pela inscrição do passivo; e abatimento entre 38% e 72%, que serão aplicados sobre o saldo devedor para quem quitar a fatura.

Autor da emenda, Valdir Collato disse que o governo vinha aplicando ilegalmente a Taxa Selic sobre as dívidas agrícolas, já que o juro dos contratos agrícolas é de 6,75%. Ele explicou que, como as dívidas foram inscritas na DAU, elas se transformaram em passivos fiscais e, assim, o Tesouro passou a aplicar as regras do pagamento de impostos: — Essa decisão do plenário dá esperança a muitos produtores que corriam o risco de ter seus bens confiscados. Era uma ilegalidade.

Surpreendido pela manobra do DEM, que encampou a proposta de Collato e apresentou um destaque pedindo a votação da mudança em separado, o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), disse que o Planalto vai buscar alterar o quadro no Senado.

Na verdade, quase todos os partidos votaram a favor da mudança, com PT, PV e PSOL ficando isolados na defesa da aplicação da Taxa Selic. O PMDB, partido do autor da proposta e do ministro da Agricultura, liberou a bancada, o mesmo acontecendo com o PP.

Já PTB e PR, também da base governista, encaminharam voto a favor.

— Do jeito que estava, um produtor com dívida de R\$ 175 mil já estava pagando R\$ 772 mil — defendeu o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), vicelíder do DEM.

**Governo amplia em mais R\$ 1 bilhão os benefícios a ruralistas** – Valor Econômico – Agronegócios - 07/08/2008

A Câmara dos Deputados ampliou ontem em R\$ 1 bilhão os benefícios concedidos ao setor agropecuário ao aprovar o relatório de conversão em lei da medida provisória das dívidas rurais. O novo texto dará uma folga de R\$ 10 bilhões ao bolso de 2,5 milhões de contratos de produtores via aumento de prazos de pagamento, eliminação de multas, extensão de bônus de adimplência e substituição de indexadores dos débitos.

A votação da MP rachou a bancada ruralista e provocou embates acalorados entre parlamentares da oposição e do governo. Parte dos ruralistas, apoiada pela oposição, queria juros menores e mais descontos para quitação das dívidas, além de evitar a renúncia de ações judiciais prevista no texto original da MP. Os ruralistas da base do governo queriam fechar logo um acordo para evitar desgastes. Como pano de fundo, é claro, estavam as eleições municipais.

"A bancada, quando se une, é imbatível. Mas quando acha que isso viabiliza eleição, acaba ficando sem discurso na base, porque a MP não vai resolver a situação dos produtores", disse o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO). O relator da MP, Luis Carlos Heinze (PP-RS), ameniza as divergências: "Atuamos em favor da agricultura, sem partidatismo nem interesse em questões menores".

As alterações no texto da MP, que será submetida ao Senado, beneficiaram sobretudo os produtores inscritos na Dívida Ativa da União. A rolagem passou de cinco para dez anos, a multa de 20% sobre o saldo foi eliminada e o prazo de adesão ampliada até junho de 2009.

No programa de securitização, o texto permitiu a concessão de bônus regressivos para liquidações feitas em 2009 e 2010 - antes, era restrita a 2008. O benefício varia de 15% a 5% nas dívidas acima de R\$ 200 mil e de 45% a 35% nos débitos até R\$ 15 mil. No Pesa, abriu a possibilidade de pagamento antecipado e a concessão de bônus. Para o Funcafé, aprovou um bônus de 3,75% sobre os juros e estendeu descontos nas taxas da linha FAT Giro Rural a cerealistas e revendas de insumos, antes restrita a produtores e cooperativas. O Prodecer ganhará mais dez pontos percentuais em descontos.

Todas as modificações no texto original da MP foram negociadas em reuniões de bastidores. Mas a troca da taxa Selic pela TJLP na Dívida Ativa da União, aprovada por 264 a 128 votos no plenário, causou forte desconforto entre os parlamentares.

Os governistas prometem reverter a mudança no Senado. A oposição aposta na força do lobby rural no Senado e na má vontade da bancada do Nordeste com o texto. Tem, ainda, a opção de deixar o ônus no colo dos governistas. Após a votação, o governo reagiu. "Essa troca [Selic pela TJLP] quebra o princípio básico da renegociação, que era evitar um prêmio à inadimplência", disse o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt. "Isso abre um precedente e reduz o passivo dessas pessoas", afirmou o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luiz Inácio Adams. (MZ, colaborou Arnaldo Galvão, de Brasília)

**Governo: mais recursos para ruralistas** – Geralda Doca e Flávia Barbosa – O Globo O País – 08/10/2008

BRASÍLIA. Depois dos bancos e dos exportadores, o Executivo costura agora um pacote para a agricultura. O governo aumentará entre 3 e 5 pontos percentuais o montante do compulsório bancário destinado ao crédito rural, liberando até R\$ 6 bilhões adicionais nos próximos dias ao setor. Além disso, permitirá, muito provavelmente, que as grandes tradings (como Bunge, Cargill etc.) tenham acesso ao financiamento que o

Banco Central (BC) passará a conceder aos bancos privados domésticos visando à concessão de capital de giro às exportações.

Também fará parte do conjunto de medidas — que o governo evita classificar como pacote — a liberação de mais R\$ 500 milhões do Tesouro Nacional para investimento (compra de equipamentos) e custeio na lavoura. O objetivo das ações é garantir o plantio da safra de grãos (sobretudo de soja e milho), que vai de outubro ao início de dezembro, e evitar que ocorra um novo choque agrícola.

— É provável que isso seja resolvido nos próximos dias, até porque o forte do plantio está se dando agora — disse ao GLOBO o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Com as novas medidas, o governo vai mais que dobrar os valores destinados à agricultura, devido ao acirramento da crise.

Na semana passada, foram anunciados R\$ 6,350 bilhões ao setor, considerando a antecipação de recursos do plano safra pelo Banco do Brasil (BB), o repasse de R\$ 1 bilhão às cooperativas agropecuárias e mais R\$ 350 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para os pequenos produtores.

Segundo uma fonte da equipe econômica, o governo quer evitar reviver os problemas que levaram à disparada da inflação em 2008, provocando a retomada da alta dos juros e perda do poder aquisitivo, cujo aumento, sobretudo nas classes mais baixas, nos últimos anos é uma das bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O agravamento da crise tem mobilizado técnicos do governo, que se reúnem diariamente para tratar do assunto. Stephanes admitiu, porém, que a crise impedirá a ampliação da área plantada.

#### **Esperteza com a dívida rural** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/08/2008

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada mais um estímulo ao calote e à malandragem, desfigurando a Medida Provisória (MP) 432 e ampliando os benefícios oferecidos pelo governo em nova reestruturação das dívidas do setor rural. Sem avisar o Ministério da Fazenda, reduziu o valor de 114.692 contratos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). Para isso, trocou a taxa básica de juros (Selic) pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), diminuindo de 13% para 6,25% o índice de correção dos débitos. Os favorecidos pela mudança têm dívidas inscritas no valor total de R\$ 7,2 bilhões.

Com essa alteração, o inadimplente passa a receber um tratamento melhor que o oferecido a quem paga em dia, alertou o secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt. Deixar de pagar e ter um título inscrito na DAU torna-se um negócio muito atraente.

Como o Senado ainda terá de votar a MP 432, talvez seja possível corrigir a distorção. Para isso, o ministro da Fazenda e os líderes do governo terão de agir com maior competência política do que demonstraram até agora. Na Câmara, houve 264 votos favoráveis à MP alterada, 128 contrários e 1 abstenção. O apoio da base aliada foi decisivo para a aprovação do texto desfigurado.

Mais uma vez, portanto, parlamentares confundiram esperteza e malandragem com política agrícola e tentaram distribuir favores, de forma indiscriminada, à custa do Tesouro, isto é, do contribuinte. E o mal maior não é a distribuição de favores. É o desperdício de recursos consideráveis e necessários às políticas oficiais.

Mas os parlamentares não erraram sozinhos. O Executivo criou a ocasião para essa nova exibição de esperteza, aceitando refinar, mais uma vez, o enorme débito acumulado pelo setor rural. O pacote completo da MP 432 foi concebido para facilitar o pagamento de R\$ 75 bilhões, de um total de R\$ 87,5 bilhões da dívida do setor.

Desde os anos 90 a dívida rural vem sendo renegociada periodicamente, sempre com novas facilidades e sempre de forma indiscriminada. Têm sido beneficiados tanto bons quanto maus pagadores, tanto grandes quanto pequenos proprietários, tanto produtores afetados por problemas fora de seu controle quanto os demais.

Como a renegociação se tornou quase rotineira, o risco associado ao atraso de pagamentos tem diminuído. De tempos em tempos, e principalmente em momentos de fraqueza política do governo, a bancada ruralista se mobiliza para arrancar do Executivo mais uma renegociação, em geral com sucesso.

Não se vê o mesmo empenho quando se trata de problemas típicos do agronegócio, como pesquisa, produção, comercialização e defesa sanitária. São questões, tudo indica, muito menos interessantes para a maioria da bancada ruralista.

A maior parte do bom desempenho exibido pela agropecuária, nos últimos 20 anos, tem pouquíssima relação com o trabalho da bancada de fazendeiros no Congresso. Esta afirmação é verdadeira em relação à boa safra de cereais, oleaginosas e fibras deste ano. A última estimativa do IBGE, realizada em junho e divulgada nessa semana, aponta uma produção de 145,1 milhões de toneladas, 9% maior que a da temporada anterior. A da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indica 143,7 milhões. Qualquer dos dois números é um recorde.

A maior parte da produção deste ano está colhida. Falta colher o trigo e outras lavouras de inverno. O novo desafio é garantir um bom resultado na safra 2008-2009. O plantio ocorrerá nos próximos meses. O plano apresentado pelo governo inclui um volume de financiamentos maior que o do ano passado, mas os custos serão também muito mais altos. Os fertilizantes, por exemplo, ficaram cerca de 80% mais caros nos últimos 12 meses. Segundo a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), o custo total de produção será entre 22% e 55% maior que o do ano passado, variando de acordo com a lavoura e a região.

O novo refinanciamento da dívida rural poderá dar algum fôlego aos produtores para enfrentar o plantio, mas não é essa a melhor maneira de se fazer política agrícola. Muito melhor seria uma renegociação com mais foco e mais discriminação, somada a uma política realista de crédito para o setor. Se as cotações dos produtos agrícolas caírem, a situação ficará mais complicada.

## **Stephanes quer Selic de volta na dívida agrária – O Globo – Economia – 12/08/2008**

SÃO PAULO. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem esperar que a Taxa Selic seja restabelecida como indicador para a correção dos débitos rurais inscritos na Dívida Ativa da União. Segundo ele, o governo foi surpreendido por manobra na Câmara durante a votação da Medida Provisória 432, que trata da renegociação da dívida dos produtores. Os deputados aprovaram a troca da taxa básica de juros pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6,25% ao ano. A MP seguiu para votação no Senado. — Da forma como foi aprovada, a MP 432 penaliza quem está pagando as parcelas da dívida em dia. Estes produtores pagarão mais juros do que quem está inadimplente. Não acho isto justo — disse o ministro em São Paulo. Stephanes afirmou também que o país já possui 220 projetos em andamento para adaptar a produção agrícola às mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. A afirmação foi feita a propósito de estudo elaborado pela Embrapa e Unicamp, que estimou em até R\$ 14 bilhões as perdas na produção de alimentos no país. — A safra brasileira tem condições de continuar crescendo entre 5% e 6% ao ano — disse.

## **Dívida de produtor rural pode subir – Fabiola Salvador e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/08/2008**

A fatura poderá sair mais cara para os produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União caso a bancada ruralista consiga manter no Senado a troca da taxa básica de juros da economia (Selic) pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como indexador dos contratos agrícolas inscritos na Dívida Ativa. A troca da taxa consta do projeto de conversão da Medida Provisória (MP) 432, que permitiu a renegociação da dívida.

Se o Senado aprovar a troca, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se sentirá obrigado, segundo fontes, a vetá-la, e os agricultores só poderão renegociar pagando mais do que o previsto no texto original da MP.

De acordo com a análise jurídica do governo, com o veto, ficará valendo o que determina o artigo 13 da Lei 10.522, de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin). A lei estabelece que os parcelamentos da dívida serão corrigidos pela Selic mais 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo feito. Na prática, as mudanças poderão significar mais gastos para os produtores inscritos na Dívida Ativa da União.

Um eventual veto do presidente é uma das armas que o governo tem para pressionar os parlamentares. Poucos dias depois da derrota na Câmara, o governo avalia quais são as alternativas para o caso de o Senado manter o texto aprovado pelos deputados. A idéia do governo é a de vetar não só a parte do projeto de conversão da MP que troca o indexador, mas também o dispositivo que acaba com a multa de 20% incidente sobre o valor da dívida.

O governo avalia ainda a possibilidade de manter os níveis de desconto aprovados pela Câmara, que variam de 38% a 70% para liquidação dos contratos e de 33% a 65% para renegociação da dívida. Em maio, quando editou a MP, o governo definiu descontos de 40% a 75% para liquidação dos contratos e de 35% a 70% para renegociação. Nas conversas com deputados, o governo aceitou acabar com a cobrança

da multa, mas, em contrapartida, reduziu os índices de desconto.

O governo quer também recuperar a redação, alterada pela Câmara, de dispositivo que exigia que agricultores, para terem direito aos descontos e ao parcelamento dos valores inscritos na Dívida Ativa, retirassem os recursos em que questionam na Justiça a cobrança do débito. Uma emenda ao projeto de conversão que permitiu a troca do indexador retirou da MP esse dispositivo.

“Não faz sentido dar todos esses benefícios se o governo não pode obrigar o produtor a abrir mão dos questionamentos na Justiça”, disse uma fonte envolvida nas negociações com o Congresso. Para essa fonte, o governo chegou ao “limite da negociação” com os parlamentares da bancada ruralista, ao fazer várias concessões que foram acertadas antes da votação.

Apesar de já ter definido o caminho a ser seguido caso o Senado mantenha as alterações, o governo buscará o diálogo com os senadores, que devem votar a MP no fim de agosto. A idéia é mostrar que a mudança feita pela Câmara é um incentivo à inadimplência. “É um risco moral. Nas operações com risco para a União, quem paga em dia pode começar a acreditar que é melhor não pagar, porque as condições para os inadimplentes podem ser mais favoráveis”, afirmou uma fonte do Planalto.

Para defender a alteração no Senado, o governo fez uma série de simulações. Numa delas, tomou o caso de um produtor que pegou empréstimo de R\$ 200 mil no início dos anos 90. Com a Selic e em valores atualizados, esse produtor pagaria em 10 anos R\$ 47 mil; com a TJLP, R\$ 36,6 mil - valor inferior aos R\$ 38,2 mil pagos por um agricultor que cumpriu todas as suas obrigações e pagou em dia a dívida. Em média, com a mudança da Selic pela TJLP, o produtor que renegocia em 10 anos pagará 22% a menos.

O governo espera, também, recuperar no Senado o prazo para liquidação dos débitos inscritos na Dívida Ativa passíveis da renegociação até maio de 2009. No projeto de conversão da MP, o governo havia concordado em ampliar o prazo de liquidação de débitos de dezembro para junho de 2009. Mas a Câmara estendeu a vantagem para dezembro de 2009.

### **DECISÃO POLÊMICA**

**R\$ 36,6 mil** é o valor que um agricultor teria desembolsado de juros se tivesse pego um empréstimo de R\$ 200 mil no início dos anos 90. Esse cálculo considera a correção pela TJLP, medida que já foi aprovada pela Câmara. O valor subiria para R\$ 47 mil se o indexador fosse a taxa Selic **33% a 65%** é o intervalo definido pela Câmara para a concessão de descontos na renegociação da dívida rural. O governo havia definido um limite entre 35% e 70%

**Débitos estão concentrados em poucos produtores** – Fabíola Salvado e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 13/08/2008

Grandes dívidas de poucos produtores. É o quadro das operações de crédito rural que não foram pagas e acabaram inscritas na Dívida Ativa da União. Apenas 896 delas representam mais de 40% dos R\$ 7,1 bilhões do volume total de débitos rurais inscritos na dívida ativa. E 46 representam quase 15% de toda a dívida rural inscrita. São operações com valor acima de R\$ 10 milhões, e, juntas, somam R\$ 1,01 bilhão.



Esse reduzido grupo de produtores rurais - beneficiados pela votação em que a Câmara dos Deputados alterou Medida Provisória (MP) do governo e substituiu a taxa Selic pela TJLP como indexador de correção dos débitos - tem em média uma dívida de R\$ 22 milhões. As dívidas de menor valor - até R\$ 10 mil - representam só 0,47% do total.

Os empréstimos rurais não pagos foram parar na Dívida Ativa da União porque têm risco do Tesouro Nacional. Boa parte são créditos rurais concedidos pelo Banco do Brasil (BB) e já renegociados.

Com a reestruturação do BB, em 2001, a União adquiriu os créditos rurais em troca de títulos públicos formados por dívidas do Funcafé, securitizadas (por 7 ou 25 anos), e por débitos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e do Pesa (Programa Especial de Saneamento de Ativos), que permitiu a renegociação das dívidas rurais entre 1995 e 2001.

**Um plano agrícola que não convence** – Livia Andrade - Isto é Dinheiro – agosto de 2008.

Uma atmosfera nada habitual marcou o anúncio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2008/09. Pela primeira vez, o evento aconteceu fora de Brasília. A cidade escolhida foi Curitiba, que assistiu a um feito inédito: os ministérios da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda apresentaram opiniões convergentes. "Não há mais conflito entre agricultura e a área econômica", comemorou Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura. Já o presidente Lula salientou a importância do Brasil como celeiro do mundo, ressaltando a produção nacional como resposta não só para a crise de abastecimento interno, mas para o controle dos preços das commodities internacionais. Neste ambiente, foi anunciado o plano agrícola cuja "meta" é aumentar a produção em 5%, atingindo a marca de 150 milhões de toneladas. Os recursos são de R\$ 78 bilhões, sendo R\$ 65 bilhões de crédito rural e R\$ 13 bilhões direcionados à agricultura familiar, a grande responsável pela produção de produtos como hortaliças e feijão. Em linhas gerais, são R\$ 8 bilhões a mais que o disponibilizado no ciclo 2007/08. O setor, no entanto, não gostou de ter sido usado pelo presidente como propaganda, porque não há garantias nem que o objetivo do governo irá se concretizar, nem que a crise de abastecimento interno será resolvida, tampouco que haverá excedente de produção para exportar e controlar os preços internos. "O governo fez muita propaganda, mas o valor diminuiu. Aumentou nominalmente, mas os custos de produção da soja, por exemplo, aumentaram 25%. Se o acréscimo de recursos foi de 11%, então a verba diminuiu", argumenta José Vicente Ferraz, diretor do Instituto FNP. Além disso, os preços mínimos anunciados para o trigo, o milho e o arroz ficaram tão abaixo das médias de preços atuais que dificilmente será necessário recorrer às vendas oficiais para aumentar os estoques, conforme anunciou o presidente Lula. "É como se essa política não existisse", diz Ferraz.

A demanda só do setor empresarial era de R\$ 110 bilhões. Mas o anúncio foi de R\$ 65 bilhões, dos quais apenas R\$ 45,4 bilhões com juros controlados de 6,75% ao ano. "É um distanciamento muito grande da realidade. O que nos preocupa é a complementação. Se ela se der através de fornecedores será o caos e a agiotagem poderá se fazer presente no Brasil novamente", diz Carlos Sperotto, presidente da comissão de crédito rural da Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Outro aspecto repudiado foi a diferença entre os juros da agricultura familiar (2% ao ano) e do segmento

empresarial ( 6,75% ao ano). "Por que essa diferença, se o preço dos fertilizantes e dos combustíveis é o mesmo para ambos?", questiona. Para Stephanes, este é um modelo que vem dando certo. "Oitenta por cento da agricultura no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é familiar e está vinculada ao agronegócio via cooperativas. Não podemos contemplar a todos com esta taxa; então damos a um grupo significativo", diz.

### **A defesa do governo**

**Reinhold Stephanes**, ministro da Agricultura, defende mudanças a logo prazo

**RURAL - O setor reclama que o plano tem um caráter emergencial e salienta a necessidade de uma política de longo prazo...**

**STEPHANES** - Deixei claro que deveríamos lançar um plano sem perder a visão estratégica. No próximo ano, teremos o último plano anual. Começaremos a ter planos quinquenais para definir ações de médio e longo prazo.

**RURAL - Outra queixa é que a verba ficou aquém da demanda...**

**STEPHANES** - Fizemos dentro daquilo que foi possível.

**RURAL - Quanto ao seguro rural, a dificuldade apontada é em função de ele não contemplar faixas de produtividade por agricultor...**

**STEPHANES** - Eles têm razão. Isso só vai ser equacionado depois da aprovação da Lei do Fundo de Catástrofe. Por enquanto, vamos ter de conviver com as imperfeições.

**RURAL - Qual a explicação da taxa de juros diferenciada para agricultura familiar e agricultura empresarial?**

**STEPHANES** - Essa é uma política que vem dando certo. No Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, 80% da agricultura é familiar, com alta tecnologia, vinculada ao agronegócio através de suas cooperativas. Já que não podemos dar a todos essa taxa, damos a um grupo expressivo.

**RURAL - O plano nacional de fertilizantes recebeu elogios, mas os agricultores dizem que ele chega atrasado...**

**STEPHANES** - Não há uma solução a curto prazo. Infelizmente não pensamos nisso há dez anos. Os adubos implicam entre 30% e 40% dos custos. Somos altamente dependentes da importação e os fertilizantes têm aumentado de preço por conta da demanda, da especulação e por estarem sob o controle de poucos fornecedores no mundo. Fizemos uma análise profunda de mercado interno e externo, mas só vamos ter um programa para tornar público no final do ano. Podemos ser auto-suficientes em nitrogenados, em derivados do fósforo e podemos melhorar nossa condição em potássio.

Na opinião de Ferraz, o problema é a ausência de uma política agrícola efetiva. **"Ótimo, vamos aumentar a produção, mas precisamos saber como vamos transportar isso. Cinco milhões de toneladas a mais são 250 mil carretas**

**carregadas de grãos. Vamos transportar isso em cima de pneu?", indaga.** Segundo o diretor, o impasse está na confusão entre política de crédito e política agrícola. "Faltam soluções planejadas de infra-estrutura em longo prazo. Trabalhamos com planos emergenciais como se o País fosse acabar amanhã", diz. Neste aspecto, o ministro declarou que os planos anuais, a partir do próximo, devem ser substituídos por planos quinquenais. "O objetivo é traçar estratégias de médio e longo prazo", explica. Outra reclamação é a dificuldade de acesso ao crédito, o que faz com que todo ano sobrem bilhões. "Esta crítica eu passo à rede bancária, que deveria ser mais aberta ao condicionar estas questões", diz Stephanes.

**Duarte Nogueira**, deputado federal pelo PSDB-SP e representante da bancada ruralista, diz que medidas foram insuficientes

#### **RURAL - Qual sua análise a respeito do plano agrícola?**

**NOGUEIRA** - Ele traz ampliações, mas ficou aquém das necessidades da agricultura brasileira no que diz respeito à meta do governo de fazer do Brasil um pólo de produção de alimentos para garantir o abastecimento interno, a regularidade dos preços e gerar excedentes exportáveis para abastecer o resto do mundo.

#### **RURAL - Os recursos foram suficientes?**

**NOGUEIRA** - Não. O necessário seria duas vezes e meia o valor anunciado. Novamente os agricultores terão que pegar financiamento a juros não controlados e ficar dependendo das relações com as traders e fornecedoras de insumos.

#### **RURAL - E quanto ao seguro rural?**

**NOGUEIRA** - Houve avanço, mas temos que correr para aprovar o Fundo de Catástrofe. O seguro generaliza todas as culturas, criando uma variação muito pequena de subvenção entre uma e outra, o que acaba não sendo interessante para induzir política agrícola, porque você poderia usar o seguro como um instrumento de estímulo, tornando-o menos oneroso.

#### **RURAL - O que diz sobre a diferença de juros entre agricultura empresarial e familiar?**

**NOGUEIRA** - Acaba acontecendo uma transferência de renda de um setor para o outro. Com isso você não está estimulando o aumento da produção. Além disso, a construção civil paga uma taxa de juros menor que um produtor, que tem maiores riscos.

#### **RURAL - E quanto ao Plano Nacional de Fertilizantes?**

**NOGUEIRA** - Excelente, mas na época errada, porque a safra está sendo plantada agora. O plano devia ser implementado agora. Faz um ano que o preço dos fertilizantes está aumentando e o governo sabia disso. A medida de ampliar a oferta para reduzir o custo é positiva, mas tardia, porque no final do ano praticamente toda safra brasileira já vai estar plantada.

O seguro rural é outro calcanharde- aquiles. No PAP 2008/09, foram destinados R\$ 160 milhões, mas o problema é que ele continua sem fazer distinção entre faixas de produtividade. "Ele generaliza todas as culturas, criando uma variação pequena 25 de subvenção entre uma e outra", diz o deputado federal Duarte Nogueira (PSDB-SP), da bancada ruralista. "A questão do seguro rural será equacionada depois da votação do Fundo de Catástrofe. Por enquanto, vamos ter que conviver com imperfeições", diz Stephanes. No momento, o projeto de lei para a criação do fundo está em tramitação no Congresso Nacional. Sobre a MP da renegociação da dívida, defendida pelo presidente Lula como forma de eliminar os "penduricalhos", governo e representantes de classe têm opiniões divergentes. "Ela atinge entre 70% e 80% das necessidades", diz o ministro. **Já Sperotto argumenta: "Uma MP que acolhe mais de 500 emendas está com um alinhamento distante do qual deveria ter saído."** Para Nogueira, o agravante é que o teto para financiamento continua o mesmo e muitos produtores, por ainda não terem quitado as dívidas, não conseguem novos créditos. "É preciso uma reestruturação a longo prazo", diz.

**O lado positivo do plano foi o fim da taxa flat do Moderfrota, o apoio à Embrapa, o financiamento para a recuperação de áreas degradadas, o aumento de crédito para a agricultura familiar e o plano nacional de fertilizantes previsto para o final do ano.** Mas, quanto ao último, Nogueira faz ressalvas: "É excelente, mas na época errada, porque a safra está sendo plantada agora."

**Troca de indexador terá impacto de R\$ 800 milhões** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

A troca de indexador no estoque de débitos rurais inscritos como Dívida Ativa da União, estimado em R\$ 7,1 bilhões, deve resultar em um impacto fiscal adicional de até R\$ 800 milhões nos próximos dez anos, segundo cálculos da equipe econômica do governo. A repactuação geral das dívidas de R\$ 75 bilhões, anunciada no fim de maio deste ano, previa um custo fiscal de R\$ 1,16 bilhão aos cofres da União.

A alteração, autorizada por emenda da Câmara dos Deputados à medida provisória de renegociação das dívidas rurais, permitiu a troca da taxa Selic, atualmente em 13% ao ano, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6,25% ao ano. A modificação ainda depende de votação no Senado, mas o lobby ruralista tem trabalhado duro para manter a emenda da Câmara. O governo ameaça vetar a alteração, o que provocaria a indexação dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União com a Selic mais 1% ao ano, como previsto nos contratos originais.

A aprovação da troca de indexadores causou uma crise na base política de sustentação do governo no Congresso. Composta por muitos ruralistas, a base votou em peso na mudança. A emenda, proposta pelo deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), passou por 264 a 128 votos. A situação virou uma "questão moral" para a equipe econômica do governo, que busca evitar mais concessões a produtores inadimplentes por temer pressões adicionais de outros devedores não beneficiados pela medida. "Não podemos premiar a inadimplência", diz uma fonte do governo. "É uma questão moral".

Nos cálculos da equipe econômica, as 31.083 operações inscritas na Dívida Ativa da União já teriam "enorme vantagem" ao ter dispensada a multa de 20%. Com isso, o volume de débitos cairia de R\$ 7,1 bilhões para R\$ 5,6 bilhões. Quando aplicados os descontos e bônus previstos nos termos da renegociação geral de maio, as dívidas seriam reduzidas a R\$ 4 bilhões.

"É absolutamente possível pagar", diz a fonte do governo. Mesmo se computadas as operações que ficaram inadimplentes desde o início de 2008, e que ainda não foram lançadas na Dívida Ativa da União, seria possível honrar os compromissos. Nesse caso, estima-se, o volume subiria a R\$ 8,2 bilhões. Ocorre que 37% das dívidas está nas mãos de grandes devedores, cujo saldo situa-se entre R\$ 100 mil a R\$ 5 milhões. "E eles têm um poder de pressão muito grande no Congresso", analisa a fonte.

Os ruralistas contestam os benefícios exagerados da MP. "É um absurdo pagar Selic. É crédito rural, e não dívida fiscal", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), relator da MP na Câmara. "Um tecnocrata que não planta nada, não tem noção da agricultura. Não quero ser injusto. Hoje, do jeito que está, ninguém vai pagar".

E dá um exemplo: uma dívida de R\$ 500 mil paga em dia desde 2001, quando surgiu o programa de saneamento de ativos (Pesa), somará R\$ 593 mil ao fim de 2025, quando expira o prazo da renegociação. Quem atrasou quatro parcelas, deve hoje R\$ 725 mil, mas foi inscrito na dívida ativa com R\$ 1,14 milhão e ainda teve o prazo de pagamento reduzido a 2017. "Se aplicar a TJLP com bônus, a dívida voltaria a R\$ 819 mil, algo razoável e justo", diz. (MZ)

**Produtor que paga em dia quer juro menor** – Fabíol Salvador e Adriana Fernandes –  
Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/08/2008

O governo vai enfrentar, no Senado, uma nova reivindicação em torno da Medida Provisória da renegociação das dívidas agrícolas: os fazendeiros que estão em dia com os pagamentos de seus empréstimos também querem pagar juros menores. Na Câmara, onde a MP 432 já foi aprovada, o governo sofreu uma derrota pesada: os deputados aprovaram a troca da taxa Selic pela TJLP como indexador de correção dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União.

Como defesa, o governo suspendeu até segunda ordem o anúncio de novas medidas de ampliação do pacote que haviam sido acertadas e deveriam ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, a troca do indexador é uma medida que precisa ser “aplaudida”. Ele acredita, no entanto, que a decisão abriu uma brecha para uma mudança nas taxas cobradas dos produtores que pagam suas prestações em dia. “Acho justo reduzir o juro da Dívida Ativa, mas quem está adimplente também precisa pagar menos.”

O argumento do governo para defender a Selic para a Dívida Ativa é que os contratos dos produtores inadimplentes serão corrigidos por um taxa inferior à cobrada nos contratos dos agricultores adimplentes. O menor juro do crédito rural para a agricultura empresarial é 6,75% ao ano. A TJLP é de 6,25% ao ano.

Lopes de Freitas não espera uma negociação fácil com o governo e defende que os parlamentares da bancada não arredem o pé das discussões. “Acho difícil o governo engolir a TJLP”, admite. “Os parlamentares não podem abandonar a negociação”, completa. O temor é que eles se envolvam na campanha municipal deste ano e “esqueçam” a MP. O presidente da OCB, no entanto, disse que a bancada não pode exigir muito. “Às vezes o ótimo é inimigo do bom.” Ele também pede cautela, já que o governo tem a caneta para vetar qualquer alteração significativa na MP. “Não dá para ganhar todas no tapetão”, comenta.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC), que preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, é o nome mais cotado para relator da 432. Ele defende a retomada da proposta negociada pelos deputados com o governo. “É muito difícil manter a palavra e no dia seguinte mudá-la.” No entanto, diz que é preciso negociar para encontrar uma alternativa que não penalize os agricultores.

Só um ponto do texto da MP aprovado na Câmara não foi acertado: a substituição da Selic pela TJLP como indexador das dívidas que não foram pagas pelos produtores rurais. Mesmo com a pressão do governo para retomada dos itens já negociados, o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) acredita numa nova vitória da bancada no Senado, onde o governo costuma encontrar resistência para levar adiante seus projetos. “Não conto com uma derrota. Espero que avance ainda mais”, afirma.

Nos últimos dias, o governo demonstrou que, apesar da derrota sofrida na Câmara, não perdeu a guerra da dívida agrícola. O Executivo já avisou que a ampliação do pacote de medidas para o setor rural só sai depois da aprovação do texto no Senado.

Antes da votação da MP na Câmara, governo e parlamentares haviam acertado que haveria uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) para regulamentar algumas medidas de apoio. “Não vão sair enquanto o Senado não se posicionar”, avisa uma fonte do governo envolvida nas negociações.

Entre as medidas a serem regulamentadas pelo CMN está a concessão de mais dois anos para pagar dívidas de custeio dos produtores do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e de cerca de 200 municípios de estados que decretaram situação de emergência nas safras 2003 a 2005, informa o deputado Heinze.

**COMMODITIES** - O governo quer fechar uma boa negociação para evitar novas renegociações em breve. Já há uma preocupação dentro do governo com o impacto da queda das commodities na renda dos agricultores. O que se quer é evitar que os agricultores batam na porta no ano que vem pedindo nova ajuda.

O problema é que a nova safra foi planejada com preços mais altos das commodities. O mesmo ocorreu com os investimentos em máquinas e equipamentos. Muitos agricultores investiram em máquinas pagando preços elevados pela demanda aquecida. Cenário que repete situação que já ocorreu no passado.

Em 2004, com os preços favoráveis das commodities, os produtores compraram terras e investiram em maquinário. Pagaram caro, mas estavam com liquidez de caixa porque, além do mercado favorável, o setor vinha de uma grande renegociação que alongou os prazos de pagamento das prestações. Eles investiram mais do que poderiam considerando o momento. Agora, no novo pacote, o governo procurou evitar dar liquidez aos agricultores, com medidas, por exemplo, de prazos de carência para o pagamento das prestações.

Em outra frente, o governo tenta com a MP oferecer benefícios aos pequenos agricultores para liquidação dos contratos. Na avaliação do governo, esses agricultores, que representam uma pequena parcela da dívida total de R\$ 87,5 bilhões, são usados como “massa de manobra” dos grandes produtores na hora das negociações.

Líderes do movimento que impôs uma derrota ao governo na Câmara no começo de agosto, três deputados da bancada ruralista disseram que não serão beneficiados pela substituição da taxa básica de juros, a Selic, pela TJLP como indexador dos contratos inscritos na Dívida Ativa da União. Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Valdir Colatto (PMDB-SC) afirmam que nunca precisaram recorrer ao crédito rural oferecido pelo governo com taxa de juros mínima de 6,75% ao ano.

Caiado, que é pecuarista e tem cinco fazendas em Goiás, vai mais além. Diz que nunca assinou um contrato de crédito bancário. “Nunca fiz nenhum financiamento, por isso não posso estar na dívida ativa”, afirma o deputado. “Nem de crédito rural, nem de nada”, completa. Colatto, por sua vez, já recorreu ao banco para financiar, segundo ele, “um carro velho”. Na área agrícola, ele admitiu que “até o momento” é dono em sociedade com seus outros 13 irmãos de uma “terrinha” - de 1,5 mil hectares - no sul de Rondônia, que era arrendada. Colatto reclama que o governo tenta anular a escritura da terra. Isso porque a área da propriedade que era preservada para cumprimento da lei ambiental foi invadida por um grupo de sem-terra. “Eles desmataram tudo. O Inca vistoriou o local e considerou a área improdutiva. Agora querem anular minha escritura.”

O deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), outro membro da tropa de choque da bancada na Câmara, admite que é beneficiário do crédito rural. “Mas pago em dia e não me benefico pelas medidas de apoio”, diz. Ele citou, por exemplo, um financiamento de R\$ 80,993 mil contratado em maio do ano passado para retenção de matrizes. “Eu poderia pagar metade neste ano e prorrogar o resto para o ano que vem. Mas paguei tudo agora”, afirma. A dívida, segundo a assessoria do deputado, foi paga no dia 30 de abril. Além disso, o deputado diz que há muito tempo precisava comprar um trator para sua propriedade, que fica no Rio Grande do Sul. “Mas eu resolvi esperar até que os preços baixassem.” Em 2007, ele financiou a compra de um trator de R\$ 94 mil, dívida que será paga em quatro anos. A primeira parcela vence em dezembro deste ano. “Não vou prorrogar”, avisa o deputado, desprezando um dos benefícios da Medida Provisória (MP) 432, que será avaliada pelo Senado.

Heinze também tem dívidas de securitização, um dos programas que permitiu a renegociação dos débitos rurais na década de 90. O governo autorizou a renegociação dessa dívida por 25 anos. No total, o deputado e a esposa dele renegociaram R\$ 400 mil em dívidas securitizadas. Por ano, as duas prestações somam R\$ 32 mil. A assessoria do deputado informou que ele também financiou a compra de um pulverizador de R\$ 25,6 mil, dívida já paga. Além disso, tem dívidas de custeio com o Banco do Brasil e o Bradesco, contratos que estão em dia.

**FRASES - Ronaldo Caiado - Deputado (DEM-GO) - “Nunca fiz nenhum financiamento, por isso, não posso estar na dívida ativa. Nem de crédito rural, nem de nada”**

**Luis Carlos Heinze - Deputado (PP-RS) - “Pago em dia (a dívida) e não me benefico pelas medidas que apoio. Eu poderia pagar metade neste ano e prorrogar o resto para o ano que vem. Mas paguei tudo”**



**Justiça pode cobrar dívida rural** – Adriana Fernandes e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/08/2008

A manobra da bancada ruralista que permitiu a substituição da taxa Selic pela TJLP, na votação da Medida Provisória (MP) de renegociação da dívida rural na Câmara dos Deputados, expôs um problema que tem tirado o sono dos produtores rurais que pegaram empréstimos com risco da União. Qualquer parcela do empréstimo que o produtor deixar de pagar, o débito poderá ser inscrito na Dívida Ativa e cobrado na Justiça pelo governo federal.

Cerca de R\$ 20 bilhões de empréstimos rurais têm risco da União e se enquadram nessa situação. Em pelo menos R\$ 5,35 bilhões desses empréstimos, os devedores estão inadimplentes e podem ter o débito inscrito na Dívida Ativa. A maior parte é dívida de grandes agricultores e cooperativas agrícolas, que fizeram operações de financiamento acima de R\$ 500 mil.

A inscrição de operações rurais na Dívida Ativa começou a ser feita em 2006 e se tornou um importante fonte de pressão do governo para os devedores colocarem as contas em dia. Quando um deles deixa de pagar uma parcela do empréstimo - com exceção dos enquadrados no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) - todo o saldo devedor é inscrito na dívida ativa. E sobre esse saldo é cobrada uma multa de 20%, o que faz elevar substancialmente o endividamento do produtor.

Além disso, o valor da dívida inscrita é corrigido pela variação da taxa Selic mais 1%. No caso do Pesa, apenas o valor da prestação não quitada é inscrito na dívida. Aqueles devedores com débitos inscritos na dívida ativa são incluídos na lista do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin) e ficam sujeitos a restrições de acesso a incentivos fiscais e financeiros e operações de crédito com recursos federais. “É uma penalização para quem deixou de honrar seus compromissos. Quem não pagou precisa ser tratado de forma diferente de quem pagou”, afirma uma fonte do governo.

A troca da taxa Selic (hoje em 13%) pela TJLP (atualmente em 6,25%) feita pelos deputados no projeto de conversão da MP 432 vale justamente para a renegociação das dívidas inscritas na Dívida Ativa. A MP permitiu o parcelamento desses débitos em cinco anos, prazo estendido para 10 anos na votação do projeto de conversão depois de um acordo com o governo. Além de descontos entre 33% a 65% do saldo devedor - essa vantagem beneficia mais quem deve menos -, o projeto acaba com a multa de 20%.

Os empréstimos rurais não pagos concedidos pelos bancos aos agricultores foram parar na Dívida Ativa da União porque têm risco do Tesouro Nacional. Boa parte deles é crédito rural já renegociado no passado concedido pelo Banco do Brasil, que com a reestruturação do banco, em 2001, a União “comprou”. Esses créditos rurais que o BB tinha a receber foram dados em troca de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. São dívidas do Funcafé, Securitizadas (por 7 ou 25 anos), do Prodecer, um programa desenvolvimento em parceria com o governo do Japão para desenvolvimento dos Cerrados, e do Pesa, que permitiu a renegociação das dívidas rurais entre 1995 e 2001.

Os empréstimos eram considerados de alto risco, o que obrigava o BB a fazer provisões para se preparar para um eventual calote, o que reduzia o lucro da instituição. A ajuda do Tesouro ao BB fez parte de um programa de fortalecimento dos bancos federais. Com essa transferência de ativos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) passou a ter o poder inscrever os inadimplentes na dívida ativa. Empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também têm risco da União e, por isso, também se enquadram no mesmo caso desses outros financiamentos.

Até agora, a PGFN já inscreveu na Dívida Ativa 31 mil operações de crédito rural, no total de R\$ 7,1 bilhões. Mas desde o fim de 2007, as inscrições estão suspensas devido ao processo de negociação da MP. A troca de indexador que tornou, na maioria dos casos, mais vantajoso renegociar o débito que já tiver inscrito em dívida ativa. Muitos agricultores poderão preferir a inscrição na Dívida Ativa e a posterior renegociação em 10 anos.

A inscrição de débitos rurais na Dívida Ativa tem sido questionada na Justiça. Alguns juízes de primeira instância têm dado decisões anulando a inclusão de produtores rurais inscritos no CADIN e suspendendo as execuções fiscais. O deputado Valdir Collato (PMDB-SC) também já entrou com pedido no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a revisão e recálculo das dívidas agrícolas que passaram do BB para o Tesouro Nacional. Foi Collato que apresentou a emenda à MP que permitiu a troca de indexador.

“Um produtor financiou uma máquina. Não pagou e acabou virando imposto”, disse Collato, numa referência ao fato de que a Dívida Ativa da União é formada por créditos tributários que não foram pagos pelos contribuintes.

#### **Mapa deve investir R\$ 25 milhões no Programa Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico da MAPA – 18/08/2008**

**Brasília (18.8.2008)** - Mais de R\$ 14 milhões já foram aplicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em projetos do programa Territórios da Cidadania. Para este ano, a meta orçamentária é de R\$ 25 milhões. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (18), em Brasília, durante seminário realizado na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

De acordo com o diretor de programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), Helinton José Rocha, o período 2008/2009 será destinado ao planejamento de estratégias. “Trabalharemos nas áreas do cooperativismo e associativismo moderno; em infra-estrutura, armazenagem e agroindustrialização; no desenvolvimento tecnológico e na agregação de valores, por meio de indicações geográficas, dos sistemas de produção agropecuária integrada, dos orgânicos e de adoção de boas práticas”, ressaltou.

Para Rocha, esse programa contribui para que o Ministério da Agricultura tenha maior controle social dos convênios firmados, e que a sociedade participe da formulação, do acompanhamento e dos resultados obtidos. “Isso possibilita desenvolver

ações integradas com outros ministérios e somar esforços para implementar modelos pilotos nesses territórios e alcançar soluções”, explicou.

O seminário do Programa Territórios da Cidadania segue até às 18 horas desta segunda-feira (18). À tarde, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) apresentará a experiência da entidade com o programa Territórios da Cidadania e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostrará a importância da transferência de tecnologia no programa. *(Da Redação)*

### **Seguro Agrícola: curso a distância prepara técnicos para perícia – Sítio Eletrônico do MDA – 18/08/2008**

Estão abertas as inscrições para o primeiro curso a distância em Comprovação de Perdas para o Seguro Agrícola e Proagro, promovido pela Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas) e pelo Banco do Brasil Seguros, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Banco Central (BC). As inscrições podem ser feitas até 30 de agosto, no site [www.abeas.com.br](http://www.abeas.com.br). As aulas terão início em 1º de setembro.

O coordenador do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) do MDA, José Carlos Zukowski, ressalta que a capacitação a distância é parte das ações de aperfeiçoamento desenvolvidas ou apoiadas pelo MDA voltadas para peritos do Seaf. “Nosso interesse é que haja a oferta de mais cursos como este para que o perito seja melhor qualificado e, assim, possa prestar um melhor atendimento ao agricultor familiar”. Com cursos presenciais, o MDA já treinou mais de mil técnicos nos 27 estados e a previsão é de que continuem em 2009

O MDA colaborou na elaboração do conteúdo programático do curso a distância, principalmente nos temas de procedimentos gerais de perícia, como inspeção prévia e de danos e guia de doenças e pragas. Os alunos contarão com apoio e orientação de tutoria sobre o conteúdo e monitoria para orientação sobre o uso do ambiente e dúvidas metodológicas. No final, o aluno fará uma prova para certificação.

O curso de Comprovação de Perdas é realizado em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea).

## **Programa de renegociação de dívidas é divulgado no Amazonas – Sítio Eletrônico do MDA – 25/08/2008**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Amazonas (Incra/AM) iniciam, nesta terça-feira (26), o ciclo de reuniões para divulgação do programa de renegociação ou quitação das dívidas dos agricultores familiares do estado, referentes ao programas Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) e Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As reuniões serão realizadas até o dia 03 de setembro.

A renegociação foi estabelecida na Medida Provisória (MP) 432, com previsão de descontos de até 90% aos agricultores que fizerem adesão ao programa. A programação das reuniões inclui atividades de esclarecimento, aos produtores que acessaram um dos dois créditos, a respeito dos procedimentos para quitação ou renegociação de dívida. A data limite para adesão é 30 de setembro de 2008.

A engenheira florestal do Incra, Karin Borges, destaca a oportunidade de esclarecimento de dúvidas oferecida nos encontros aos produtores. “Quem tiver o nome sujo poderá limpá-lo. Para os agricultores que estão em dia, é uma grande chance de aliviar as despesas, replanejar o orçamento familiar ou elaborar novos investimentos para incrementar a produção”, pontua.

Para quem acessou o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), há concessões de desconto de 90% para liquidação em 2008, de 85%, para quitação em 2009 e de 80%, para saldação em 2010. Em relação ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os descontos vão de 40% à 60%, além de permitir a individualização de créditos obtidos coletivamente.

Para aderir à negociação, os interessados devem assinar o termo de adesão que será disponibilizado nas reuniões e nas sedes do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam) de todos os municípios. Mais informações podem ser obtidas no Incra ou pelo telefone (92) 3642-4635.

### **Calendário de Reuniões**

Data	Município	Local	Hora	Endereço
26/08	Manaus	Auditório do Incra	14h-16h	Av. André Araújo, 901
28/08	Presidente figueiredo	Câmara Municipal	10h-12h	Rua Umiri, 781
28/08	Apuí	Sede do Idam	10h-12h	Av.13 de Novembro s/nº - Centro
30/08	Parintins	Sede do Idam	10h-12h	Av. Nações Unidas, 2660
02/09	Rio Preto da Eva	Sede do Idam	10h - 12h	Rua Gov. Domingos Monteiro, 178

**Senado aprova renegociação das dívidas de produtores rurais - (28/08/2008)**  
Agência CNA – 28/08/2008

O Senado aprovou, ontem à noite (27/8), o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 22/08, originário da Medida Provisória 432, que renegocia R\$ 75 bilhões em dívidas de produtores rurais, envolvendo 2,8 milhões de contratos da agricultura empresarial e da familiar. O relator da matéria, senador Neuto de Conto (PMSB/SC), não fez alterações no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mantendo a substituição da Taxa Selic, atualmente em 13% ao ano, mais 1%, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6,25%, para correção de débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU), um dos pontos mais polêmicos, incluído na MP na Câmara. O texto agora vai à sanção presidencial. Para o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Homero Pereira, a expectativa é de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vete o dispositivo que trata desta troca de correção. “Esperamos o bom senso. Estipular juros incompatíveis com a renda gera mais inadimplência. A troca não foi acordo, foi uma decisão da maioria”, justificou.

Para evitar que a matéria volte à Câmara, o relator optou por incluir pontos acordados durante as discussões no Senado nos textos de outras Medidas Provisórias que tramitam na Casa, como a inclusão da fruticultura e carcinicultura na renegociação. Também será contemplada a reclassificação das operações de crédito rural com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Entre os pontos mantidos no texto original, o PLV manteve os bônus de 5% a 45% para a liquidação antecipada das dívidas de securitização até 2010, mais descontos fixos em reais. Para o Nordeste, os bônus são de 15% a 55%. Também define descontos para quitação antecipada de débitos referentes ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), com risco do Tesouro Nacional, e redução de cinco pontos percentuais. O prazo para pagamento destes saldos continua de quatro anos.

Nas dívidas do Funcafé, foi acrescentado ao texto dispositivo que torna explícito o bônus de 3,75% sobre os juros. Algumas emendas relacionadas à cafeicultura também asseguraram a contemplação de dívidas relativas às Cédulas de Produto Rural (CPR), totalizando um passivo de R\$ 300 milhões. Os descontos para liquidação antecipada são de 5% a 25%, mais descontos fixos em reais. Nas operações inscritas na Dívida Ativa da União (DAU), além da troca do indexador, o prazo de pagamento passou de cinco para 10 anos e será excluído o acréscimo de 20% no valor da dívida quando a operação passa a ser incluída no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). O prazo para aderir à renegociação das operações transferidas para a DAU passou para 30 de junho de 2009. Também serão dados descontos de 38% a 70% para liquidação antecipada e de 33% a 65% para renegociação. Para o Nordeste, serão acrescidos de 10 pontos percentuais.

O texto aprovado na Câmara ampliou, também, de 30 de setembro para 30 de dezembro, o prazo para contratação do Fundo de Recebíveis do Agronegócio, linha criada no ano passado para quitar dívidas com fornecedores de insumos referentes às safras 2004/2005 e 2005/2006. Já nas dívidas referentes aos débitos do Programa de Revitalização da Lavoura Cacaueira, a MP foi alterada para incluir operações renegociadas no âmbito da Lei 11.322. Foram mantidos ainda os percentuais de 15% a 80% para quitação antecipada e de 5% a 75% para renegociação.

**Senado aprova MP das dívidas da agricultura** – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/28/2008

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, o relatório do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para a Medida Provisória (MP) 432, que concede descontos, prazos adicionais para pagamento e redução de taxas de juros para R\$ 75 bilhões de um total de R\$ 87,5 bilhões em dívidas do setor rural.

Para evitar que o texto voltasse para a Câmara dos Deputados, o que atrasaria a implementação do pacote, o relator ignorou as sugestões apresentadas pelos senadores e optou por manter o texto aprovado pelos deputados, inclusive o ponto mais polêmico, que trata da substituição da taxa Selic, de 13% ao ano, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 6,25% ao ano, como indexador dos débitos rurais inscritos na Dívida Ativa da União (DAU).

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, os débitos da DAU somam R\$ 7,2 bilhões. Há 114.692 contratos inscritos na DAU, que engloba débitos já em fase de cobrança judicial.

Durante as discussões que antecederam a votação do texto na Câmara, no começo do mês, o Ministério da Fazenda não aceitou a troca do indexador, idéia defendida pela bancada ruralista. Ontem, o governo não reafirmou a intenção de vetar a troca do indexador. Uma fonte que tem acompanhado as discussões disse apenas que “o governo não tem compromisso com a TJLP”. Se a troca do indexador for mesmo vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tendência é que o governo corrija os débitos da DAU com base na Lei 10.522, de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

A lei estabelece correção dos débitos pela Selic mais 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo feito. Surpreendido pela derrota na Câmara, o governo optou nos últimos dias por uma atitude cautelosa. Ontem, orientou sua bancada no Senado para votar o relatório do senador Neuto de Conto.

Para convencer os partidos da base e da oposição, o governo apresentou três argumentos: necessidade de desobstrução da pauta do Senado, liberação de recursos em ritmo normal para o plantio da safra 2008/2009 e necessidade de continuidade do processo de renegociação das dívidas rurais. O apelo convenceu os membros do Senado. “Não podemos atrasar o plantio da safra”, disse o senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

Mesmo sabendo da necessidade de aprovação, vários senadores pediram ao líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RO), um posicionamento sobre a necessidade de adoção de medidas adicionais de apoio ao setor rural. Antes da votação, o senador disse que a tendência é a negociação “avançar”.

Os senadores pediram ampliação do prazo para pagamento das dívidas de investimento e custeio. O relator da MP contou que pelo menos um ponto já foi acertado com o governo: a permissão para que fruticultores tenham acesso a novos financiamentos para investimentos. A MP proíbe a contratação de um novo financiamento se o produtor optar pela renegociação.

**PROGRAMA MAIS ALIMENTOS VAI FINANCIAR DIVERSIFICAÇÃO PARA INTEGRADOS AVES/SUÍNOS, SOJA E FUMO** – Sítio Eletrônico da Fetraf – 28/08/2008

O secretário nacional da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Peraci, afirmou que os agricultores familiares que são integrados com suínos/aves ou produzem fumo e soja poderão acessar os recursos do Programa Mais Alimentos. O anúncio foi feito na tarde de ontem (27.08), em Brasília, durante uma audiência com o coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli e com o Presidente da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares, Celso Ludwig.

“Esse é um importante avanço porque muitos de nossos agricultores precisam de incentivo para diversificar suas propriedades e com esses recursos poderão ter novas fontes de renda”, diz Tortelli. O Secretário esclareceu ainda que os recursos serão liberados para o arroz, feijão, fruticultura, mandioca, milho, hortaliças, bovinocultura, olericultura, pecuária, produção de leite e derivados e trigo.

Última Atualização ( 28 de agosto de 2008 )

**Dívida rural: Senado derrota governo** - Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista – O Globo – Economia – 28/08/2008

BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem a Medida Provisória 432, que trata das dívidas dos produtores rurais, mantendo o texto que havia sido aprovado na Câmara. O principal item da MP é a substituição da taxa básica de juros, a Selic (13% ao ano) na correção dos débitos inscritos na Dívida Ativa da União pela TJLP, hoje em 6,75% ao ano, metade da Selic. A troca era um pleito da bancada ruralista, mas causou desconforto no Planalto quando foi incluída na proposta durante votação na Câmara. Por isso, o presidente Lula deve vetar a medida. O relator do projeto, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da Comissão de Agricultura do Senado, não acolheu qualquer sugestão, para evitar atraso no processo de implantação da MP. A medida provisória permitirá a renegociação de R\$ 75 bilhões do saldo devedor dos produtores rurais brasileiros. Este valor representa 85,7% do total da dívida, avaliada em R\$ 87,5 bilhões. A medida contempla cerca de 2,8 milhões de contratos. A política fiscal austera, com geração de grandes superávits primários (economia do governo para o pagamento dos juros da dívida pública) entre janeiro e julho, permitirá que o endividamento público encerre 2008 abaixo do que se esperava. Em compensação, a composição do débito sofrerá uma deterioração, ficando novamente mais vulnerável à política monetária. As duas novidades foram anunciadas ontem pelo Tesouro Nacional, na revisão de seu Plano Anual de Financiamento (PAF). Endividamento deve cair em 2008, mas há mais títulos pós-fixados Segundo a nova previsão — a primeira revisão formal do PAF em oito anos de existência deste modelo de informações da dívida futura —, a dívida pública fechará o ano entre R\$ 1,36 trilhão e R\$ 1,42 trilhão. Ou seja, o novo teto está abaixo do piso anterior, que era R\$ 1,48 trilhão. O valor máximo era de R\$ 1,54 trilhão até então. Segundo o Tesouro, a dívida somava no fim de julho R\$ 1,298 trilhão. — Temos hoje um superávit primário maior, e isso significa que temos maiores possibilidades de gerenciamento da dívida — disse o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Apesar de comemorar um maior superávit, o que permite a

revisão para baixo da expectativa do total da dívida no fim de 2008, Augustin afirmou que, durante todo o ano, o mundo viveu um momento de turbulência financeira, causada pela crise imobiliária nos EUA, e que, com isso, o perfil da dívida será pior que o previsto anteriormente. Ou seja, no fim de 2008, haverá proporcionalmente mais títulos da dívida atrelados à taxa de juros do que se previa anteriormente. Segundo o novo PAF, a dívida prefixada poderá variar entre 29% e 32% do endividamento, contra 35% a 40% no PAF formulado no fim de 2007. Quanto maior essa participação, melhor para o controle e a administração da dívida. Em julho, esses papéis representavam 28,7% da dívida pública. Na contramão, foi ampliada a quantidade de títulos (pós-fixados) atrelados à Taxa Selic (taxa básica de juro): o intervalo de 25% a 30% passou a ser de 31% a 34%. Em julho, a dívida atrelada à Selic representava 34,2% do total, bem acima do percentual registrado em dezembro de 2007, quando a participação estava em 30,7%.

### **Vice-presidente exalta os juros baixos do Mais Alimentos – Sítio Eletrônico do MDA – 31/08/2008**

Reconhecido como um dos principais defensores de juros baixos no Governo Federal, o vice-presidente da República, José Alencar, ressaltou neste domingo (31) na Expointer 2008 a baixa taxa de 2% ao ano aplicada na nova linha de crédito do Plano Safra Mais Alimentos, direcionada aos agricultores familiares. “Há taxas de juros compatíveis e estimulantes para que eles possam continuar produzindo pela agricultura familiar”, exaltou na abertura oficial do Pavilhão da Agricultura Familiar, às 12h30, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS). O ministro interino do Desenvolvimento Agrário, Daniel Maia, a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, o secretário estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio, João Carlos Machado, e a prefeita de Esteio, Sandra Silveira, também participaram da cerimônia, que contou com degustação de produtos típicos da agricultura familiar.

“O que este pavilhão demonstra é o crescimento da agricultura familiar. É sempre importante trazer o Governo Federal para este esforço que aqui se realiza na Expointer, não só de valorização do agronegócio, mas pelo avanço da agricultura familiar”, reforçou o vice-presidente.

O ministro interino do Desenvolvimento Agrário enfatizou que durante toda esta semana poderão ser efetuadas operações do Mais Alimentos na própria Expointer – o parque conta com posto do Banco do Brasil, entre outros bancos e cooperativas de crédito, e com a exposição de tratores, máquinas e implementos agrícolas, além de estruturas de armazenagem. Lançado em julho pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com foco no aumento da produção e da produtividade, o Plano Safra Mais Alimentos dispõe de uma linha de financiamento de até R\$ 100 mil para investimento no campo. Além dos baixos juros, a linha de crédito conta com o longo prazo de 10 anos para pagamento e carência de três anos.

“Atuamos em três eixos: no apoio à comercialização, como neste pavilhão, na extensão rural e no crédito. Ainda destacamos recursos para a compra de leite da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isto tem forte impacto aqui no Rio Grande do Sul”, afirmou Daniel Maia.



**Intensa comercialização** - A governadora Yeda Crusius destacou a intensa comercialização de produtos no Pavilhão da Agricultura Familiar ainda no sábado (30), o primeiro dia da Expointer. Mesmo antes da abertura oficial do pavilhão, as vendas se iniciaram nos 167 estandes e, como salientou a governadora, atingiram os R\$ 69,5 mil. A cifra reflete o aumento da movimentação de visitantes no espaço da agricultura familiar. Na feira inteira do ano passado, o valor obtido nas vendas do pavilhão foi de R\$ 591 mil – e já era 28% superior ao ano de 2006.

A comercialização do primeiro dia surpreendeu até mesmo os expositores. É o caso de Daniel Cichelero, 30 anos, que produz queijos em Carlos Barbosa, na Serra Gaúcha. “Esta é a quinta vez em que estou participando. E agora tripliquei as vendas em relação ao primeiro dia de feira nos outros anos!”, comemora. Cichelero pretendia, até então, vender uma tonelada e meia de queijos na Expointer. Depois da exitosa arrancada nas vendas, já refez os cálculos. Agora prevê duas toneladas. “A cada ano tem mais gente visitando o pavilhão. A cada ano o pavilhão tem mais divulgação. Por causa da qualidade dos produtos e dos preços que temos aqui, em relação ao mercado da Região Metropolitana, o público vem mesmo”, avalia.

No pavilhão está exposta a produção de 1.027 famílias gaúchas até 7 de setembro, dia de encerramento da Expointer. Este ano, o MDA custeou totalmente o espaço, com um investimento de R\$ 341,5 mil. A Feira da Agricultura Familiar ocorre desde 1999 na Expointer, mas só em 2004 passou a contar com um pavilhão permanente no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil. Na época, o MDA investiu R\$ 720 mil na construção, que ainda teve contrapartida do governo do estado.

**As declarações na abertura oficial do pavilhão:** “A Feira da Agricultura Familiar está a cada dia melhor. Dá para ver que esta estrutura deu uma visibilidade à agricultura familiar que não existia antes.”

João Cardoso, presidente da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs) - “O que está presente aqui é a grande diversidade e a qualidade que tem a agricultura familiar no Rio Grande do Sul e a sua capacidade de produzir alimentos.”

Vilson Alba, coordenador de Organização Socioeconômica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) - “Quero dizer da importância da tarifa permanente de importação de 27% no leite de fora do Mercosul, aprovada na última semana na Câmara de Comércio Exterior (Camex) a pedido do MDA. Não queremos bairrismo, mas queremos proteger nosso produto”.

Elton Weber, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag)

[Veja mais fotos do Pavilhão da Agricultura Familiar](#)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**nead**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

